- 3 —
- a)
- b)
- c) Depósito da ficha técnica da habitação, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, por cada ficha — 15 euros;
- d) Emissão de segunda via da ficha técnica de habitação, nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março — 15 euros.

16 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *Francisco Augusto Caimoto Amaral*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Edital n.º 46/2005 (2.ª série) — AP. — Professor António Baptista Ribeiro, vereador com competências delegadas, da Câmara Municipal do município de Almeida:

Torna público que, no âmbito da criação do Gabinete Técnico Local, da Câmara Municipal de Almeida, o executivo, na sua reunião ordinária do dia 21 de Dezembro de 2004, deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, dar início à elaboração do Plano de Pormenor para a conservação e recuperação do Núcleo Antigo de Vilar Formoso, dando-se conhecimento público desta deliberação através de publicação na 3.ª série, no *Diário da República* e num dos jornais mais lidos da região.

Mais deliberou, ainda, ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do referido decreto-lei, que, no prazo de 60 dias a contar da data da publicação, todas as questões e sugestões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração devem, por escrito, ser apresentadas.

Para constar e devidos efeitos se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume de todas as freguesias do município.

27 de Dezembro de 2004. — O Vereador com competências delegadas, *António Baptista Ribeiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

Aviso n.º 399/2005 (2.ª série) — AP. — *Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas, Licenças, Tarifas e Prestação de Serviços pela Câmara Municipal de Almodôvar.* — Em consonância com a proposta n.º 19/PC/04, datada de 20 de Dezembro de 2004, aprovada na Câmara Municipal, conforme deliberação de 22 de Dezembro de 2004, o artigo 61.º do capítulo X da tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas, Licenças, Tarifas e Prestação de Serviços pela Câmara Municipal de Almodôvar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2003, passa a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO X

Licenciamento de automóveis de aluguer ou transporte de passageiros — táxis

Artigo	Designação	Valor (euros)
61.º	a) Vistoria para efeitos de emissão de licença	20,00
	b) Emissão de licença inicial	100,00
	c) Substituição da licença, incluindo os casos de mudança de viatura	40,00
	d) Averbamentos	30,00

Assim, de harmonia com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Outubro, e da deliberação da Câmara Municipal de Almodôvar de 22 de Dezembro de 2004, submete-se a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do

respectivo aviso no *Diário da República*, 2.ª série, devendo os interessados dirigir, por escrito, as suas sugestões à Câmara Municipal de Almodôvar.

27 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *António José Messias do Rosário Sebastião*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Edital n.º 47/2005 (2.ª série) — AP. — *Taxa devida pelo serviço prestado a entidades exteriores.* — Joaquim Luís Rosa do Céu, presidente da Câmara Municipal do concelho de Alpiarça:

Torna público que, por deliberação do executivo municipal, em reunião de 3 de Dezembro de 2004 e sessão da Assembleia Municipal de 16 de Dezembro de 2004, foi aprovada a criação da taxa a seguir mencionada, devida pelo serviço prestado a entidades exteriores, designadamente Instituto de Conservação da Natureza, pela emissão dos seus pareceres, a qual se encontra em apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, pelo prazo de 30 dias, contados a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*:

Por cada parecer — 25% do montante a cobrar pela entidade exterior.

Para geral conhecimento se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

20 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Rosa do Céu*.

Edital n.º 48/2005 (2.ª série) — AP. — *Proposta de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos da Zona Desportiva dos Patudos — Polidesportivo, Campos de Ténis e Campo de Futebol de Sete.* — Joaquim Luís Rosa do Céu, presidente da Câmara Municipal do concelho de Alpiarça:

Torna público que, por deliberação do executivo municipal, em reunião de 3 de Dezembro de 2004 e sessão da Assembleia Municipal de 16 de Dezembro de 2004, foi aprovada a proposta de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos da Zona Desportiva dos Patudos — Polidesportivo, Campos de Ténis e Campo de Futebol de Sete, a qual se encontra em apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, pelo prazo de 30 dias, contados a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para geral conhecimento se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

27 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Rosa do Céu*.

Proposta de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos da Zona Desportiva dos Patudos — Polidesportivo, Campos de Ténis e Campo de Futebol de Sete.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece as normas gerais e as condições de cedência e de utilização do polidesportivo, do campo de futebol de sete e campos de ténis da Zona Desportiva dos Patudos, adiante designado por Zona Desportiva.

Artigo 2.º

Gestão e administração

A Zona Desportiva é gerida e administrada pela Câmara Municipal de Alpiarça, podendo ser concessionada no seu conjunto ou qualquer uma das suas fracções — polidesportivo, campo de futebol de sete ou campos de ténis.